



O CUSTO DOS PLANOS

Com o recém-lançado Plano Real no Brasil se fechou o círculo de países latino-americanos que aceitaram o *Washington Consensus*, expressão que o economista John Williamson usou para referir-se às imposições do Banco Mundial e do FMI aos países endividados do Terceiro Mundo. As linhas mestras da proposta contemplam a estabilização macroeconômica, a desregulação dos mercados (privatizações incluídas) e a abertura dos países ao investimento estrangeiro. A aplicação destes planos de ajuste estrutural derrubou a inflação mas em compensação trouxe a recessão, o desemprego e o empobrecimento maciço das classes médias e populares.

No México, o PRI, arquiteto do ajuste estrutural, depois de assinar o Tratado de Livre Comércio com Estados Unidos e Canadá, voltou a ganhar as eleições presidenciais marcando o recorde, para um partido latino-americano, de 65 anos de permanência no poder.

No Brasil, o candidato do governo Fernando Henrique Cardoso, pai da nova moeda, será o próximo presidente se se confirmarem os resultados das principais pesquisas de opinião. Cardoso deve ganhar a eleição apoiado pela máquina governamental e na ilusão que desperta a queda da inflação.

No Peru, o chinês Fujimori, depois de fechar o Congresso e inter-



O futuro do real

Não é novidade no Brasil o uso eleitoral de planos econômicos: o caso do cruzado ainda está vivo na memória da população e contribui, ao lado de outras evidências, para a desconfiança com que alguns segmentos encaram o Plano Real, que praticamente monopolizou a campanha, restringindo o debate de temas relevantes

Marcelo Monteiro

As revelações indiscretas do ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, afirmando que seria o principal eleitor de Fernando Henrique Cardoso e que divulgava informações que interessavam ao governo e escondia as ruínas, deram força às suspeitas de que o Plano Real seria eleitoireiro, e teria como objetivo principal eleger o candidato do governo à Presidência da República.

Esse temor tem relação com o que aconteceu nas eleições para os governos dos estados, Senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas em 1986. Influenciado pelo Plano Cruzado, que permitiu aumento do consumo – apesar dos salários terem sido congelados pela média de 12 meses enquanto os preços o foram pelo pico – o eleitorado elegeu em massa os partidários do governo, especialmente os candidatos do PMDB. O partido elegeu a maior bancada do Congresso Constituinte e 22 dos 23 governadores. Perdeu apenas em Sergipe, onde o governo foi ganho pelo PFL, que, apesar de ser considerado de oposição, tinha representantes no governo Sarney, como o então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Dias após a eleição, o governo liberou aumentos de preços, decretando a sentença de morte do plano econômico.

Componente eleitoral– O Plano Real foi lançado no momento correto ou foi direcionado para que seus reflexos alcançassem as eleições? Esta questão divide economistas e analistas políticos. Se por um lado há dúvidas se o Real chega a ser “eleitório”, por outro lado percebe-se que o programa de estabilização econômica tem um componente eleitoral extremamente importante.

Fernando Henrique que antes do lançamento do plano tinha 17% das intenções de voto, fez do Real sua principal bandeira na campanha e o comportamento do eleitorado foi nitidamente alterado pela criação da nova moeda. Pesquisas de opinião que avaliam qualitativamente as tendências do eleitorado confirmam que a maioria dos que votam em Fernando Henrique Car-

ECONÔMICOS

vir no Poder Judiciário, mantém o apoio popular montado nas derrotas do Sendero Luminoso e do MRTA, enquanto aplica as rigorosas metas de austeridade econômica que lhe exigem os organismos internacionais.

Na Argentina, no momento, tudo parece indicar que o formidável aparato que ainda conserva o Estado depois do furacão neoliberal servirá para que Carlos Menem realize seus projetos de reeleição, dos quais seus opositores são cúmplices pois, os que no afã de ganhar a presidência, têm apoiado uma fictícia estabilidade. O que é que explica a flagrante contradição que existe entre os planos antipopulares e o apoio que recebem dos eleitores?



Fernando Henrique fez do Real a principal bandeira de campanha

doso o fazem pela confiança na moeda forte. A influência do plano na tendência de voto foi reforçada pela insistência da mídia na defesa do programa econômico, especialmente a Rede Globo, e pela estratégia do governo de promover intensamente as benesses do plano.

A partir do lançamento do real em 1º de julho, o ex-ministro da Fazenda teve seus índices em ascensão contínua, até alcançar 45% na pesquisa do DataFolha concluída em 30 de agosto, três dias antes da divulgação do *affair* Ricupero. Em contrapartida, Lula despençou de 42% para 23% no mesmo período. Levando-se em conta as pesquisas, a indiscrição de Ricupero não alterou as intenções de voto.

Pacto até o primeiro turno— Para a cientista política Vânia Bambirra, o plano de estabilização econômica em vigor no Brasil pode ser traduzido como um “estelionato eleitoral”. O fato pode ser comprovado, segundo ela, pelas declarações de Ricupero e pelos bilhetes do ministro das Minas e Energia, Alexis Stepanenko, relacionando a inauguração de obras do governo federal com o “nosso candidato”, Fernando Henrique.

Vânia afirma que Fernando Henrique permaneceu no Ministério da Fazenda durante sete meses sem tomar qualquer providência contra a inflação, que cresceu continuamente até ultrapassar os 40% mensais. O início do plano teria sido protelado para manter seus efeitos até a época da eleição e teria a vigência garan-

tida apenas até o pleito. Ela cita o pacto entre os empresários de manter os preços pelo menos até 3 de outubro, data do primeiro turno das eleições. Por sua vez, o candidato do PMDB à Presidência, Orestes Quércia, denunciou de forma insistente na TV que o próprio programa de governo de Fernando Henrique Cardoso fala que o Plano Real estaria garantido *até as eleições*.

O Plano Real estaria dentro do figurino de programas de estabilização de cunho neoliberal implantados na América Latina por “imposição do Fundo Monetário Internacional” (FMI)? Para Vânia Bambirra a resposta é *sim*. O preço do combate à inflação seria o desmonte do Estado, com o aumento das privatizações, “ferindo a soberania nacional”, e a paridade “artificial” entre o real e o dólar, causando o sucateamento do parque industrial nacional.

Esse equilíbrio cambial estaria sendo conseguido às custas da queima das reservas em dólar do país e causaria o encarecimento dos produtos de exportação brasileiros no mercado internacional, a falência de exportadores e agricultores, e o conseqüente “aumento do desemprego, fome e miséria”.

A cientista política acredita que os planos econômicos de cunho neoliberal poderão levar o “caos social” aos países latino-americanos, “particularmente no Brasil”, onde o número de miseráveis já é de 32 milhões de pessoas. Ela cita como conseqüências dos programas neoliberais a rebelião dos Chiapas no México em janeiro deste ano e os conflitos em Santiago del Estero, Argentina, no final de 1993.

O cientista político José Luís Fiori, professor do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma não ter dúvidas de que o Plano Real incorpora as teses do chamado Consenso de Washington, expressão criada em 1990 pelo economista inglês John Williamson e que reúne as diretrizes econômicas defendidas pelo FMI e o Banco Mundial para a estabilização das economias dos países periféricos.

As linhas mestras dessa proposta seriam três: a estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta a obtenção de um superávit fiscal primário (segundo José Luís Fiori, com a reformulação do sistema fiscal e dos sistemas de Previdência estatal); em segundo lugar, a realização de reformas estruturais, como a desregulamentação dos mercados, o incremento das privatizações, liberalização financeira e comercial; e, por fim, o incentivo a investimentos estrangeiros para a retomada do desenvolvimento.

Projetos de ajuste econômico segundo esta receita já receberam a chancela do FMI e do Banco Mundial em mais de 60 países, afirma Fiori. Esse tipo de ajuste traz embutido um custo social alto, caracterizado pelo aumento da recessão, das taxas de desemprego e da marginalização dos extratos sociais mais baixos da população. O cientista político cita como exemplo de planos econômicos que seguem essa doutrina o da Argentina, concebido pelo ministro Domingo Cavallo; o do México, impulsionado durante o governo de Carlos Salinas; e o da Rússia, do ministro Yegor Gaidar; e o plano

de Zélia Cardoso de Mello e Antônio Kandir, que vigorou durante a primeira fase do governo Collor de Mello.

O Plano Real segue também as diretrizes do Consenso de Washington, na opinião de Fiori, com seus elaboradores citando os pontos da cartilha neoliberal: ajuste fiscal, desestatização, reforma monetária.

José Luís Fiori afirma que "o Plano Real não foi concebido para eleger Fernando Henrique, mas sim FHC é que foi escolhido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI e dar viabilidade política para as reformas preconizadas pelo Banco Mundial".

Ele teria como um dos fatores principais a seu favor o passado de intelectual de esquerda e de opositor da ditadura militar, que foge do perfil tradicional dos candidatos conservadores no Brasil. Mais importante ainda é o fato dele hoje ter passado a defender os preceitos econômicos neoliberais.

Mas mesmo assim existe o temor de que o real tenha seus efeitos preservados somente para eleger o candidato do governo. Para o economista da Universidade de Campinas (Unicamp), Luciano Coutinho, o plano só tem condições de se sustentar sem alterações de rumo até janeiro. Coutinho acredita que o IPC-R, que até o final de agosto acumulou 11,87%, poderá causar aumentos de custos tanto aos exportadores quanto aos setores que empregam mão-de-obra massiva, como automotivo, têxtil, entre outros. Se os empresários alegarem que os possíveis aumentos salariais precisam ser repassados, pode haver uma elevação das importações, que teria dois efeitos: a redução inicial dos preços no mercado interno e o aumento do consumo e da demanda; e o segundo poderia anular o primeiro, fazendo com que os preços voltassem a subir.

Marketing – Na opinião do cientista político Edson Nunes, diretor do instituto de pesquisa DataBrasil, a estratégia usada para que o real se tornasse uma peça de marketing de Fernando Henrique foi o tempo de lançamento. "Antes do plano entrar em vigor, o governo estimulou a remarcação de preços, permitindo que os empresários tivessem gordura para queimar."

Na virada da URV para o real, o aumento de preços foi visível, sendo que a grande maioria ainda estava estipulada em cruzeiros reais, facilitando os aumentos dias antes do 1º de julho, data de entrada em vigor do real. O próprio Fernando Henrique admite que ocorreu grande remarcação na véspera do real e alega que as perdas dos trabalhadores serão compensadas na data-base.

O assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, acredita que os dissídios salariais não ameaçam o plano exatamente porque ocorreram "aumentos de preços na virada da URV para o real", não existindo motivo para o repasse dos reajustes salariais para os preços.

Um dos principais integrantes da equipe econômica, Bacha afirma que, mesmo que houvesse esse tipo de repasse, "ele não seria validado pelo mercado, porque estamos numa economia aberta, com concorrência efetiva de importações e uma política cambial ativa, que

A sensação de estabilidade dos preços fez com que boa parte da população aprovasse o plano econômico



não mais repassa automaticamente para o câmbio o aumento dos preços internos". Os limites "rígidos" de emissão de moeda também seriam um fator a favor da manutenção do plano, na opinião do economista. "Não existe mais um regime de moeda remunerada, como antes do real, no qual a quantidade de moeda crescia automaticamente quando aumentavam os preços."

Confirmando indiretamente a opinião de que o plano econômico brasileiro segue o chamado Consenso de Washington, Bacha garante que o objetivo do plano era reduzir a inflação e agora, para que o país volte a crescer, são necessários o incremento das privatizações e alterações na Constituição, nos artigos relativos à Previdência, funcionalismo público e relações no trabalho.

Dentro do modelo neoliberal, ele defende a Previdência pública até um determinado patamar (ainda não-definido, mas que poderia ser de três salários mínimos) e daí em diante, Previdência complementar privada. A mesma afirmação faz o presidente nacional do PSDB, Pimenta da Veiga, um dos coordenadores da campanha de Fernando Henrique.

Em relação ao funcionalismo, seriam eliminadas as restrições legais que impedem o "enxugamento da máquina", afirma Edmar Bacha, e a melhor remuneração para os mais qualificados. Na área trabalhista, seria criado o contrato coletivo e a livre negociação seria incentivada. Dependendo dos resultados do primeiro turno, comenta-se que a equipe econômica poderia enviar propostas de alterações da Carta Magna ainda nesta legislatura do Congresso Nacional. ■